

Maria Dulce Simões

Barrancos na encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e testemunhos, 1936,

Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos, 2007

Em Outubro de 1936, partiram de Lisboa com destino a Tarragona a bordo do navio Niassa cerca de 1.020 refugiados espanhóis acoitados na área de Barrancos que assim escapavam à repressão nacionalista. Este feito não teria sido possível sem a acção do Tenente António Augusto de Seixas, Comandante da Secção da Guarda Fiscal de Safara que, mau grado os constantes conflitos de poder, comandava tecnicamente as operações de vigilância da fronteira efectuadas, a partir de Agosto de 1936, por elementos da Guarda Fiscal, da GNR, do Regimento de Infantaria 17 de Beja e por uma brigada móvel da PVDE.

Esta obra, constituindo uma homenagem ao Tenente Seixas e ao seu filho Gentil de Valadares, é formada por um capítulo assinado por Gentil de Valadares intitulado «Memórias da guerra civil de Espanha», um artigo do historiador Francisco Espinosa onde se procede ao enquadramento histórico do testemunho de Gentil de Valadares, bem como uma reflexão sobre o mesmo testemunho levada a cabo pela antropóloga Dulce Simões. O livro conta ainda com um luminoso prefácio de Jorge Crespo, onde a Guerra Civil de Espanha – simbolicamente inaugurada e rematada com as mortes de Federico García Lorca em Agosto de 1936 e de Antonio Machado em Fevereiro de 1939 – é vista enquanto propulsor literário.

Gentil de Valadares narra nesta obra os acontecimentos relacionados com a chegada e partida dos refugiados espanhóis no Verão de 1936, testemunhados pelo autor e pelo seu irmão Amável. Face ao crescente isolamento do pai no seio das forças de vigilância da fronteira presentes na área de Barrancos, Gentil e Amável passam a auxiliá-lo: “vestidos de ganga

azul, com o emblema nacional no peito, para não nos confundirem, acompanhávamos o nosso pai por toda a parte, a toda a hora do dia ou da noite, pernoitando onde calhava, ora sob as pernadas das azinheiras ora debaixo da capota do automóvel. Sempre ao lado do nosso pai. E vigilantes. Com vinte anos, na força da vida, éramos como dois pára-quedistas para todo o terreno”. (p. 66)

É, de resto, Gentil de Valadares que, depois de ter acompanhado o pai a uma reunião solicitada pelas forças nacionalistas presentes em Encinasola - e onde foi confrontado com “a cara de verdadeiros assassinos” (p. 67) destes elementos e com os inúmeros relógios saqueados às suas vítimas que exibiam nos braços - consegue fazer abortar o plano de encurralar e assassinar (com a ajuda das forças portuguesas) um grande grupo de fugidos que se encontrava junto à fronteira. Feito que só em 1974 viria a revelar.

Com o número de refugiados espanhóis a aumentar continuamente na área de Barrancos, Gentil de Valadares descreve o delicado jogo de equilíbrio levado a cabo pelo seu pai, entre a obediência e o desrespeito pelas ordens dos seus superiores, num processo de gestão contínua das prerrogativas do seu cargo de Comandante de Secção e da sua rede social em defesa dos refugiados. É desta forma que o Tenente Seixas consegue autorização para manter um “campo de concentração” na Herdade da Coitadinha (com 614 refugiados), ocultando, todavia, a permanência de 299 refugiados na Choça do Sardinheiro, conseguindo ainda evitar incursões da falange nestes campos e a entrega de refugiados citados nas “listas negras”.

Pouco tempo após o embarque dos refugiados no Niassa, a “Rádio República de Barcelona” agradece a acção do Tenente Seixas, afirmando: “El teniente Seixas aún era el único oficial portugués que los tenía en el lugar debido”. (p. 102). No início de Novembro o Tenente Seixas é

condenado por ordem de Salazar a 60 dias de detenção no Forte de Elvas e reformado compulsivamente por ter prestado “informações incompletas ou inexactas” (p. 132) e “manter as autoridades militares e policiais iludidas” (p. 132) sobre a constituição de um “campo de concentração” na Choça do Sardinheiro.

A escrita clara de Gentil de Valadares, pautada pela ironia, amplifica os contornos afectivos dos relatos da desumanização da guerra e da solidariedade da sua família, revelando qualidades literárias evidentes. Veja-se, a este propósito, o seguinte trecho introdutório do episódio relativo à descoberta de uma mulher despida que havia conseguido escapar às forças nacionalistas: “Àquela hora fazia já um calor de forno, mas as muitas azinheiras, todas de grande porte, quase se emaranhando umas nas outras pelas pontas, enchiam o chão com a renda das suas sombras. E, sob esses túneis de folha miúda, vítrea, fomos andando e preguiçando, mais para matar as horas... Estava o ar parado.” (p. 85). Sublinha-se ainda o gosto pela aventura do autor: “Eu queria, como Camões, como Byron, como tantos, ser também um combatente aventureiro.” (p. 110), traços que levam Jorge Crespo a afirmar que Gentil de Valadares se assemelha, por vezes, a André Malraux.

Sobressai também nesta obra a cuidada investigação de Dulce Simões sobre o papel da família nas memórias de Gentil de Valadares - onde é elaborada uma breve história de vida do Tenente Seixas e analisada a memória dos acontecimentos através da confrontação de depoimentos de vários elementos desta família -; sobre as solidariedades locais, a estratificação social, a cultura de fronteira e os mecanismos de contenção social em Barrancos. Destaca-se o capítulo intitulado “Os refugiados ‘comunistas’, poderes e resistências”, pela confrontação das memórias de Gentil de Valadares com documentação de arquivo e com outros testemunhos,

nomeadamente os de Manuel Méndez Garcia e Manuela Martin, dois dos refugiados que passaram pelos “campos de concentração” de Barrancos.

Pelas suas características, esta obra constitui uma peça imprescindível para a compreensão das solidariedades à República espanhola na raia portuguesa, tema que nos últimos anos inspirou algumas investigações de entre as quais destaco, por exemplo: Pires, João Carlos Salvador Urbano (1997) *A memória da Guerra Civil de Espanha no Baixo Alentejo Raiano*, Lisboa, ISCTE, Mestrado em História Social Contemporânea / Policopiado; AAVV (2004) *O Cambedo da raia. 1946. Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense, Asociación Amigos da Republica; Cunha, Luís (2006) *Memória social em Campo Maior*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Possuindo o duplo mérito de constituir uma homenagem ao Tenente Seixas, referência incontornável, e injustamente esquecida, do auxílio prestado por portugueses à República espanhola, e de incorporar o longo testemunho de Gentil de Valadares, esta obra insere-se assim no candente movimento que, servindo-me das palavras de Jorge Crespo, visa “aprofundar a dimensão da tragédia, na resposta ao apelo de quem nunca tinha perdido as recordações do drama espanhol mas aguardava o momento apropriado de as transformar em história, o que acontece, afinal, com ‘os passados que não passam’.” (p. 13).

Eduarda Rovisco
CEAS / CRIA
Bolseira da FCT

Donatella della Porta e Alberto Vannucci
Mani impune. Vecchia e nuova corruzione in Italia.
Roma, Editori Laterza, 2007

A chamada “Revolução dos Juízes”, conhecida também como a época de *Mani Pulite* («mãos limpas»), que durante a primeira metade da década de 90 tinha suscitado um intenso clamor mediático e esperança na ingénua opinião pública italiana, não conseguiu desfazer o velho equilíbrio baseado numa alta densidade de corrupção que, ao longo do tempo, se impusera como princípio regulador da gestão da Coisa Pública naquele país. Os partidos políticos mais directamente envolvidos nas inquirições judiciais desapareceram ou modificaram a própria denominação, uma parte da antiga classe política renovou-se, uma outra reciclou-se, mas as condições estruturais que tinham tornado a corrupção uma praxe comum e difundida subtilmente na maioria dos sectores da actividade político-administrativa nacional não foram alteradas. Segundo quanto referem dados estatísticos recentes, a Itália, caso anómalo no panorama das «grandes democracias ocidentais», ainda apresentaria níveis de corrupção «percebida» de entre os mais altos da União Europeia e comparáveis com os de países em vias de desenvolvimento como, por exemplo, a Malásia, a Jordânia, a Estónia, o Taiwan, o Botswana, entre outros.

A partir de constatações como estas, a socióloga, Donatella della Porta, e o cientista político, Alberto Vannucci, propuseram-se questionar o problema da corrupção italiana, considerando as semelhanças e as diferenças existentes entre os “antigos” e os “novos” mecanismos reguladores desta prática ilegal, ou seja, entre os que dominavam antes da fractura (*Mani Pulite*) que intercorreu entre a 1ª e a 2ª República e os que continuaram a fazê-lo posteriormente. Orientada declaradamente à elaboração de uma análise «científica» do fenómeno, embora prescindindo de uma perspectiva

específica de reconstrução das responsabilidades individuais, a investigação apresentada neste livro baseia-se numa documentação bastante rica, constituída sobretudo por documentos de origem judiciária e parlamentar, bem como por actas oficiais da Autoridade de Vigilância e da União Europeia. A pesquisa previu também a revisão sistemática da imprensa quotidiana – curiosamente limitada ao jornal “La Repubblica” – e a realização de duas entrevistas. Uma selecção das fontes utilizadas, juntamente com outros materiais úteis para o aprofundamento das temáticas expostas no livro, encontra-se disponível *online* ao endereço www.laterza.it/dellaporta-vannucci.

Embora o caso italiano tenha um cariz patológico, gozando de uma fama intercontinental e de um valor estereotípico relativamente aos habitantes daquele país, uma ideia que funciona como pano de fundo do estudo de della Porta e Vannucci é a de que a corrupção não deve ser considerada como uma categoria inscrita de forma indelével no património genético ou nas pretensas «raízes culturais» de uma nação. Aliás, se é verdade que em Itália a corrupção conheceu um desenvolvimento superior do que em outros países ocidentais, não se pode esquecer que, graças ao clamor desencadeado pelos eixos das indagações, ela alcançou também o grau máximo de visibilidade, sendo essa a razão principal pela qual o caso italiano, melhor do que outros, se presta a um tipo de estudo como o apresentado nesta publicação.

A «arte» da corrupção manifesta uma fenomenologia multiforme e complexa. Numa perspectiva geral, trata-se de acordos ocultos estipulados dentro de cercas restritas de burocratas, políticos, funcionários públicos, administradores de empresas, etc., visando a aquisição de riquezas e posições de poder às custas de sujeitos públicos ou privados distintos e mesmo de toda uma sociedade nos casos mais exuberantes. Em Itália, por

exemplo, os autores referem a existência de um verdadeiro “mercado da corrupção” (33), ou seja, de uma economia paralela em que os bens de troca compreendem, dependendo das ocasiões, as decisões da autoridade, o tempo de resposta dos aparelhos públicos, as carreiras nas burocracias e nas empresas, as decisões arbitrais nos jogos de futebol, e até mesmo a protecção dos simples direitos individuais.

Numa perspectiva teórica próxima do construtivismo, della Porta e Vannucci atribuem o exercício da corrupção a um complexo de múltiplas escolhas individuais e colectivas encorajadas ou inibidas pelas características dos sistemas institucionais e das redes relacionais e de reconhecimento em que os sujeitos se encontram inseridos. A quantidade dos recursos em jogo e a frequência das trocas corruptas entre os mesmos actores são variáveis centrais para se determinar o tipo de corrupção operante num determinado contexto institucional. Assim, a escala varia de um modelo básico, caracterizado por um baixo nível organizativo/formal, que os autores denominam de “*pulviscolare*” (68) – i.e. disperso –, sendo próprio dos contextos em que os recursos são escassos e a frequência das trocas corruptas é baixa; para se chegar a um modelo “sistémico” (68), próprio dos contextos caracterizados por recursos abundantes e uma alta frequência de tráficos entre os mesmos actores. Neste último caso, devido ao alto grau de reiteração das interacções corruptas, observa-se a existência de códigos, praxes e normas informais de conduta interiorizados pelo conjunto dos sujeitos envolvidos no tráfico, bem como a presença de verdadeiros serviços intermediários cuja vocação se prende com a garantia do bom eixo das negociações entre as contrapartes em causa. No âmbito da corrupção sistémica, as componentes normativas e de interposição acabam por compor uma intrincada estrutura organizativa na qual se tornam mais facilmente neutralizáveis os custos morais e os outros riscos acarretados pela actividade criminosa.

Se por um lado, um mérito importante dos autores é o de – sem caírem nos lugares comuns – terem representado rigorosamente o formalismo destorcido das relações político-económicas corruptas, oferecendo ao leitor uma visão bastante abrangente do fenómeno e fornecendo-lhe ferramentas analíticas e interpretativas consistentes; por outro lado, o relato directo das vivências dos protagonistas, possibilitado pelo uso metódico da incorporação no texto de recortes das interceptações telefónicas dos indagados e das suas declarações feitas em sede judiciária, faz luz sobre aspectos micro-físicos interessantes. Através dos relatos em primeira pessoa, o texto facilita a percepção de como a cupidez, o ressentimento, o servilismo, a procura de protecção, entre outros sentimentos que animam a conduta de corruptores e corruptos, alternando-se num contexto dinâmico e necessariamente instável, convergem constantemente num aperfeiçoamento de regras «informais» de comportamento, visando uma redução da incerteza em relação ao eixo dos tráficos corruptos e uma aprendizagem de ferramentas cada vez mais eficazes e inovadoras.

Depois de terem apurado fortes elementos de continuidade entre antigas e novas formas de corrupção, bem como algumas novidades singulares, os autores registam a presença, em Itália, de “condições ambientais favoráveis” (217) à prosperidade deste fenómeno, sobre cujas causas, ao longo das últimas décadas, não se conseguiu incidir suficientemente. Emerge assim a imagem de uma sociedade em que a corrupção sistémica se auto-alimenta, galvanizada pelo baixo risco de sérias reacções judiciárias, bem como pela fraqueza dos juízos reprobatórios expressos a nível moral e social. Desta forma, acaba-se por favorecer uma verdadeira “cultura da corrupção” (218) que constitui o terreno em absoluto mais fértil para a proliferação do fenómeno.

Apesar de se tratar de uma leitura “obrigatória”, também para um público português, os mais exigentes lamentarão um escasso aprofundamento das macro-causas do quadro traçado. Falta uma ligação com a grave crise do sistema político/administrativo parlamentar que envolve todas as «democracias ocidentais» e que em Itália – onde há quase duas décadas se registou uma antecipação geral desta tendência – ostenta um cenário como o descrito neste livro, espelho de um estado avançado de decomposição.

Alessandro Zagato
FCSH-UNL

MARC AUGÉ
Para que Vivemos?
Lisboa, 90 Graus Editora, 2007 (2003)

Para que vivemos? (Por quoi vivons nous) é o mais recente livro de Marc Augé traduzido em Portugal, apesar de ser uma obra publicada em França já no ano de 2003.

Do autor, M. Augé, antropólogo, etnólogo, director de estudos de Lógica Simbólica e Ideologia na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris), existem disponíveis em Portugal, dispersos por variadas editoras, alguns títulos da sua obra, entre os quais se destaca *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade* (1998), pelas problemáticas aí desenvolvidas e que o autor em certa aqui medida retoma.

Dividido em quatro partes, o livro compõe-se de um prólogo seguido de três capítulos: “Lições de África”, “A Inversão de Perspectivas” e “Por uma Antropologia dos Fins”.

O prólogo é desde logo uma tentativa “audaciosa ou ingénua”, tal como caracterizada pelo autor, de responder à questão que dá o mote à obra. Na tentativa, surge a eterna questão do ideal de felicidade, aspiração não em si mas pela não existência do seu contrário – a infelicidade. Engajado neste conceito, surge o de consumo e a importância que tem vindo cada vez mais a assumir na sociedade contemporânea, de tal forma grande que se tornou uma “obrigatoriedade”, ainda que de forma dissimulada: «(...) o indivíduo não é livre de não ser o que a época quer que ele seja. E ela quer que ele seja feliz. Que consuma e que seja feliz» (p.9).

Socorrendo-se de uma “constatação” e de um “método”, traça o caminho da felicidade, para a qual entende ser necessária uma consciência de tempo e consequente relação com esse mesmo tempo, mas também com os outros. Quanto ao método, retoma o arquétipo “Dupont”, o homem da contemporaneidade – ainda que localizado em lugar privilegiado, a sociedade ocidental. Desta vez, Dupont não é já só o indivíduo que se desloca por *não-lugares* como o aeroporto ou um avião, o que acontecia na obra de 1998. Agora, é-nos caracterizado (idade, vivências), e não só ele, mas também a sua família, é-nos apresentado nas suas relações familiares, nos seus hábitos, no seu quotidiano. Através deste modelo mais pessoal, Augé teoriza sobre os percursos contemporâneos das sociedades onde os indivíduos se tornam cada vez mais individuais nas suas existências, fragilizando laços simbólicos.

A segunda parte da obra, intitulada “Lições de África”, parte de uma questão a que o autor se viu obrigado a ensaiar uma resposta, pela constância com que lhe era feita: «O que é que realmente poderá tê-lo feito passar da etnologia das aldeias africanas à antropologia dos mundos contemporâneos?» (p.27), a qual aproveita para, de forma muito estruturada, tal como de resto se mostra toda a obra, analisar o seu percurso pessoal,

referenciando também o de outros colegas (como G. Althabe ou M. Abélès), paralelamente ao caminho da própria antropologia, na medida em que uma questão que poderá parecer à primeira vista tão pessoal facilmente levanta interrogações sobre o papel desta ciência na contemporaneidade. Tomando-se a si próprio como ponto de partida para problematizar a questão, fá-lo também a partir do seu trabalho de campo na Costa do Marfim e no Togo, num retorno à África das décadas de 70 e 80 do século passado, em paralelo constantemente com questões do quotidiano na contemporaneidade, fazendo com que os tempos (passado e presente) se articulem, fruto de uma observação continuada: «Gostaria antes de mostrar como a continuidade de um esforço de investigação, quer dizer de observação, de análise e de interpretação, subjaz à diversidade dos terrenos empíricos e se liga mais precisamente ao incessante vaivém que o investigador efectua de maneira mais ou menos metódica ou espontânea entre o que vê e o que viu, o que vive e o que viveu» (p.30). Assim sendo, o capítulo desenrola-se de forma muito esquematizada, em torno daquelas que são para o autor as grandes lições tiradas da sua experiência no continente africano: «Poderia dizer que a África me propôs várias lições que assumiram a forma de verdadeiras teorias: uma teoria do espaço, uma teoria da pessoa, uma teoria do acontecimento e uma teoria da mediação» (p.35), ou seja, a consciência de um mundo simbólico constituído em torno de relações sociais que estabelecem diferentes níveis de sociabilidades; o entendimento da pessoa enquanto singular (indivíduo) mas também plural pela importância que o grupo assume em torno das relações sociais; a importância do acontecimento na vida social, quer seja biológico, quer seja meteorológico, ponto em que Marc Augé retoma uma problemática que tinha já desenvolvido anteriormente (no volume colectivo *Le Sens du Mal* de 1983) e que denominou, à época, “formas elementares do acontecimento”; por último, a mediação e os seus diferentes interlocutores (deuses, ritos, sonhos, possessão, espectáculos).

Na interligação constante entre o presente e o passado, cabe ainda dentro desta segunda parte um tempo dedicado a grandes problemas da actualidade, segundo o autor, como sejam a “ditadura do corpo” – pela forma como as sociedades contemporâneas concebem o ideal de transformação de um “corpo acontecimento” num “corpo objecto”- ou as guerras religiosas.

Na terceira parte, “Inversão de Perspectivas”, Augé continua a desconstrução do seu percurso, numa análise crítica ao trabalho do etnólogo num tempo determinado, a sua experiência de terreno, ponto de partida, mais uma vez (e entende-lo-emos na súpula da obra) para o exercício a que chamará etnoanálise.

Partindo de si, e na busca de uma resposta às escolhas ou acasos do seu percurso, entende a possibilidade de novos contextos para a antropologia: «É porque uma antropologia geral é possível, porque a temática antropológica tem sentido nos meios culturais mais diversos, que a hipótese de uma antropologia generalizada se torna tão credível como necessária» (p.107). Uma nova antropologia como consequência da modernidade, da “mundialização” (ou “globalização” ou “consciência planetária”), que origina uma cada vez maior aproximação entre o local e o global, onde as cidades cada vez mais se destacam (por oposição ao que acontecia no passado com a natureza).

No seguimento do discurso, chegamos à dicotomia já não somente lugar versus não-lugar (existe, mas não de forma central), mas não-lugar versus espaço público: «Cada uma das duas noções (não-lugar e espaço público) pode ser oposta àquela da qual extrai o seu sentido: o não-lugar ao lugar, o espaço público ao espaço privado. Sabemos contudo que estas duas oposições (espaço público/espaço privado; não-lugar/lugar) são relativas. É justamente isso que têm em comum» (p.115), problematizando o autor a

ambivalência dos espaços, na medida em que o não-lugar de uns é lugar de outros. «A oposição entre lugar e não-lugar ajuda-nos a compreender que a fronteira do público e do privado se deslocou e até mesmo se apagou, mas, mais ainda, a compreender que o espaço público se tornou muito amplamente um espaço de consumo (...)» (p.120).

Augé discute ainda o papel da violência nas sociedades contemporâneas e explica-o enquanto sinónimo de uma falha na simbolização que, num mundo marcado pela mundialização, terá como fim último uma resolução pensada de forma global, o que fará com que «nesse dia, os pontos de referência da identidade, da relação e da história, exist[am] à escala do planeta. Este tornar-se-ia ao mesmo tempo um espaço público e um lugar» (p.127).

Na quarta e última parte, “Por uma antropologia dos fins”, Marc Augé abre espaço a outras inquietações como sejam um crescente “silêncio cada vez mais ensurdecedor” (tão manifesto, por exemplo, nos casos de abstenção eleitoral) ou a persistência da questão religiosa, hoje tão actual e talvez mais ainda num futuro próximo.

Para finalizar e em jeito de apologia, e porque a sua forma de pensar o mundo socorre-se da antropologia, esta toma lugar privilegiado na compreensão das mudanças que se têm vindo a construir nas últimas três ou quatro décadas, por ligação, ainda que nos mesmos terrenos, a novos contextos e novas linguagens. Desta forma, chega mesmo a projectar um caminho a percorrer no amanhã.

Com um discurso extremamente actual e arguto, pegando em episódios e actores tão conhecidos e próximos do nosso quotidiano, o autor perspectiva possibilidades, equacionando diversas dimensões (onde estão patentes o

passado e o presente) numa tentativa de futuro, não deixando de criticar tomadas de posição como forma de fazer o leitor pensar, ainda antes de as enumerar, nas consequências.

Daniela Mesquita Nunes
Mestranda U.N.L./F.C.S.H.

LYNNE SEGAL

Slow Motion – Changing Masculinities, Changing Men

Houndmills & New York, Palgrave MacMillan, 2007 [1990]

É natural que, no decurso de um interesse continuado sobre um dado assunto ou tema, o acumular de bibliografia estudada desgaste o “sabor a novo” que a problemática tinha no início e passe, lenta mas inexoravelmente, a produzir no leitor, mais do que os típicos “saltos teóricos” de quem começa a estudar um dado assunto, uns meros e ligeiros acertos de posição, conformes ao “afinar” dos próprios debates. Mas é verdade também que, volta e meia, surge um trabalho que, pelas suas propostas, inovação ou síntese, faz o leitor mais calejado reviver esses tempos iniciais em que cada nova obra trabalhada significa não só um “avanço” epistemológico, mas antes de mais uma epifania pessoal. Este livro de Lynne Segal foi, para mim, um exemplar caso desses.

Foi originalmente em 1990, que esta australiana (que há cerca de 30 anos vive no Reino Unido) especializada, segundo as próprias palavras, no domínio interdisciplinar dos estudos de género, publicou esta obra, mas foi já depois de se tornar a primeira regente da cadeira de Psicologia e Estudos de Género no Birkbeck College que a mesma mereceu esta edição revista, aumentada (todos os capítulos originais são precedidos por um *preamble* que os actualiza) e prefaciada por Raewyn Connell. A pergunta central que este trabalho levanta, partindo da perspectiva assumidamente feminista e

engagée da autora, é a possibilidade dos homens mudarem, ou seja, se a contemporânea dominação masculina é ou não uma inevitabilidade (se não justificada, pelo menos explicável biológica ou culturalmente) ou uma mera construção social passível de alterações ou “evoluções” mais ou menos radicais.

Para responder a esta enorme interrogação a autora estende-se por 10 capítulos: Começa por “olhar para trás”, analisando a situação das relações entre homens e mulheres a partir do final da II Guerra Mundial (“Look Back in Anger: Men in the Fifties”), onde, numa análise centrada quase exclusivamente no mundo anglo-saxónico (uma delimitação de campo a que só raramente o curso da obra escapa), tenta discernir as razões e consequências da “invisibilidade paterna” na vida familiar (e da consequente centralidade da mãe nas vidas dos filhos e filhas da época), mostrando-nos não só o peso que esta teve na reprodução do modelo de dominação masculina, como a centralidade que a homofobia tem como mecanismo reprodutor desta mesma hegemonia.

No 2º capítulo (“The Good Father: Reconstructing Fatherhood”), a autora recenseia as transformações que este modelo burguês de paternidade dos meados do século XX sofreu no decurso da sua segunda metade até aos dias de hoje; do pai ausente mas onipotente dos anos 50 (*God the Father* como escreve a autora) ao novos pais das gerações seguintes que tomam como “natural” a partilha das responsabilidades domésticas e “maternais” (*Shared Parenting*). Note-se que nesta análise a autora, apesar de centrada nos anglo-saxónicos, não deixa de enunciar os factores de classe, tantas vezes ausentes da produção interessada em questões de Género, que frequentemente analisa as relações entre mulheres e homens de forma transversal à sociedade, omitindo o factor economia.

Já no 3º e 4º capítulos (“Shrinking the Phallus” e “Asserting Phallic Mastery: Contemporary Research on Masculinity”), a autora debruça-se sobre a produção teórica relativa às questões de Género. Começando por nos mostrar o peso e a centralidade que a procura da diferença entre sexos teve (continua a ter?) no debate assim como a relativa juventude da questão propriamente dita (é só em 1968 que R. Stoller utiliza a palavra “género” com o significado que hoje lhe damos, e no início dos anos setenta que Ann Oakley divulga o conceito); trazendo também à liça a linha feminista da *object relations theory*, que com Dorothy Dinnerstein e Nancy Chodorow à frente, fez uma severa análise à paternidade dominada pelas mulheres¹, vista como potenciadora da reprodução da dominação masculina (na linha do adágio que defende o machismo como semelhante à hemofilia, ou seja, uma doença que apenas atinge os homens, mas que só é transmitida pelas mulheres); discussão na qual a autora se escusa a tomar uma posição inequívoca.

É também aqui que a autora vai trabalhar em profundidade as propostas de Lacan, a começar pela radical *la femme n'existe pas*, ou seja a noção de que simbolicamente não existem dois sexos, mas apenas um (o masculino) e o seu “Outro”; desmontando as fragilidades lacanianas no que concerne às invisibilidades do processo histórico, classe, idade, raça, região, orientação sexual (ou identidade sexual), e discutindo aprofundadamente as finas linhas que ligam o Género e o Poder, os entrelaçamentos entre a aceitação do monopólio da violência pelo Estado e a hegemónica ideologia que suporta a dominação masculina da sociedade.

Nos 5º, 6º e 7º capítulos a autora vai exercer a defesa dum modelo em que a uma masculinidade única, central e hegemónica apõe uma visão que

¹ female-dominated childcare, no original (p.66)

discerne não só várias masculinidades diferentes dentro dum mesmo grupo, como as percebe em competição entre si. Assim, a autora começa por trabalhar a masculinidade ideal, branca e burguesa (“Competing Masculinities I: Manliness – the Masculine Ideal”), celebrante do “cerebralismo” e auto-contenção emocional, e da progressiva espartização desse ideal durante a época vitoriana, para o modelo mais físico, musculado e competitivo (mais militarizado se quisermos) que havíamos de herdar. Nesta discussão a autora cruza a obra de Hemingway (visto como o *men’s man* final do seu tempo) e a literatura psicanalítica acerca do fascismo, para demonstrar como este ideal nunca poderá deixar de ser, mercê das suas contradições internas e ambições claramente sobrenaturais, um arquétipo tão castrador como inatingível.

De seguida, Segal analisa dois grupos de excluídos desta masculinidade ideal, ou seja, a minoria homossexual (“Competing Masculinities II: Traitors to the Cause”): traçando a história da emergência do “homossexual” enquanto identidade no Ocidente, da evolução do homossexual efeminado do princípio do século, para o homossexual supermacho do final do mesmo, e mostrando claramente como as lutas contra a misoginia e contra a homofobia são uma e uma única coisa; e a minoria de homens negros em sociedades anglo-saxónicas (“Competing Masculinities III: Black Masculinity and the White Man’s Black Man”): traçando a génese da prevalente imagem dos homens negros que provém não só das raízes do colonialismo europeu e do escravagismo norte-americano, como das condições sócio-económicas actuais que fomentam e reproduzem uma auto-imagem tão distorcida quanto filha da dicotomia bom selvagem/besta negra, dicotomia que é tanto um escape dos medos do homem branco como justificação para a sua própria brutalidade.

Já no capítulo 8º (“The Belly of the Beast I: Sex as Male Domination?”), a autora afronta lugares-comuns feministas como o de equacionar a esfera do sexo heterossexual como lugar *nec plus ultra* da dominação masculina, e o da pornografia como “cartilha” relacional masculina, defendendo que se o patriarcado fundiu o género e a sexualidade, o caminho analítico do feminismo só pode ser o desmontar desta união; ao mesmo tempo que apela a uma visão mais complexificada da sexualidade heterossexual. Para no 9º capítulo (“The Belly of the Beast II: Explaining Male Violence”) desmontar a mitificação em torno da violação, tanto a sexista (“as violações são acontecimentos raros e excepcionais”) como a anti-sexista (“os homens não são violados”); de modo criticar a visão dos violadores como *shock troops of patriarchy* na defesa duma outra que os vê antes como *waste of patriarchy*; acabando por renegar a própria noção da violência como exclusivamente masculina, tanto através do reconhecimento da violência marital em casais lésbicos como através da inversão do velho axioma feminista da violência estatal como violência masculina nas mãos do estado, para a proposta duma visão que discirna antes a violência do estado nas mãos dos homens.

Finalmente, o último capítulo (“Beyond Gender Hierarchy: Can Men Change?”) vai tentar responder à questão inicial. Começando por criticar a visão dos homens como inevitáveis inimigos das mulheres, Segal acusa o radicalismo feminista e homossexual como pessimista e contraproducente, ao mesmo tempo que aponta as transformações já ocorridas (mesmo que pálidas) desde a emergência do movimento feminista. Historiando o movimento masculino anti-sexista inglês (ao mesmo tempo que o critica nas suas limitações), a autora demonstra mais uma vez como dificilmente podemos abordar esta discussão sem ter em conta a estrutura económica de produção que lhe subjaz (demonstrando por exemplo como o capital soube manipular os medos masculinos, corporizados pelos sindicatos, para manter

baixos níveis salariais); fechando o volume com um convite e um aviso aos homens: o convite de “criativamente” participarmos no trabalho de *cultural subversion* que é a demolição duma masculinidade que não oprime apenas as mulheres, e o aviso de que, mesmo que não aceitemos o convite, provavelmente batalharemos numa luta cada vez mais perdida. Pois é essa, no limite, a resposta que Segal dá à grande pergunta deste trabalho: por muito naturalizada que esteja a dominação masculina, mesmo por muito adaptada que lhe esteja a actual estrutura produtiva, no fim de contas depende da resistência feminina - e da capacidade de mudança masculina - uma diferente (mais justa) organização social; resposta que a mim, enquanto membro da espécie, me insuflou de esperança e responsabilidade entrelaçadas.

Tiago Matos Silva
C.E.E.P. – C.R.I.A.